

## PETROPOLITANAS

POR REDAÇÃO



Ação segue até dia seis de setembro

## GSH Banco de Sangue lança campanha solidária

O GSH Banco de Sangue Santa Teresa deu o pontapé inicial em mais uma edição das suas tradicionais campanhas temáticas com torcidas de futebol. E, para abrir a temporada, a bola da vez é a torcida do Flamengo. A campanha "Nação Rubro-Negra, Nação Solidária" já começou e segue até o dia 6 de setembro, mobilizando torcedores do clube carioca e apa-

xionados por futebol em geral para salvar vidas por meio da doação de sangue. A ação é aberta a todos os times e torcedores, pois a solidariedade não tem camisa. Além da satisfação de contribuir com um gesto de empatia e cidadania, quem doar durante a campanha receberá brindes exclusivos, como a carteirinha simbólica de doador, intitulada "Nação Solidária".

## Plano de redução de mortes

A Comissão de Viação e Transportes da Câmara dos Deputados realizará audiência pública, a pedido do deputado federal Hugo Leal (PSD-RJ), no próximo 26 de agosto, às 9h30, para discutir as metas do Pilar 6 – Normatização e Fiscalização do Plano Nacional de Re-

dução de Mortes e Lesões no Trânsito (Pnatrans). Segundo o Instituto de Segurança Pública, em Petrópolis, foram 25 mortes registradas por acidentes de trânsito no município, enquanto em 2023, foram seis casos registrados. O mês com maior número de óbitos, foi junho.



O espaço homenageia Carlos Alberto do Vale

## Prefeitura reinaugura Agência Regional da Comdep

A Prefeitura reinaugurou nesta quinta-feira (21) a Agência Regional de Itaipava da Companhia Municipal de Desenvolvimento de Petrópolis (Comdep). Após dois anos inativa, a unidade foi reformada e volta a funcionar com melhorias estruturais, incluindo paisagismo, pintura, instalações elétricas, refeitório equipado e ves-

tiários mais adequados para os funcionários. A entrega representa um avanço na descentralização dos serviços e na valorização dos funcionários que atuam no distrito. O espaço homenageia Carlos Alberto do Vale, o Chiquinho, que dedicou 16 anos à Comdep, liderando obras de manutenção e conservação nos distritos.

## Restauração

O Museu Imperial está realizando a conservação e restauro de 38 cadernetas de viagem do imperador d. Pedro II. O conjunto, reconhecido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura como patrimônio documental da humanidade,

passa por um minucioso processo de preservação, que inclui higienização, restauração, reconstituição, encadernação, acabamento e tratamentos específicos para reparo de danos. O projeto foi viabilizado por recursos oriundos de acordo firmado com MPF.

## Controladores de velocidade

A Companhia Petropolitana de Trânsito e Transportes - CPTTrans começou esta semana a fase de testes com controladores de velocidade móveis. O equipamento, também conhecido como "anjinho", vai mostrar a velocidade que os veículos trafegam e vai ajudar na coleta de dados para planeja-

mento de intervenções na mobilidade urbana. Nesta quinta-feira (21), um dos testes foi realizado na Avenida Barão do Rio Branco. O controlador móvel capta pelos sensores a velocidade do veículo, que é mostrada em um painel, indicando se está dentro do limite permitido pela via.

## Hingo promete dar fim as contratações por RPA

Modalidade é alvo de questionamentos do MPRJ e TCE

Por Gabriel Rattes

O prefeito de Petrópolis, Hingo Hammes, se comprometeu a encerrar as contratações por Recibo de Pagamento Autônomo (RPA) em todas as áreas da administração municipal. A promessa foi feita nesta quinta-feira (21), em audiência realizada na 4ª Vara Cível, conduzida pelo juiz Jorge Luiz Martins Alves e acompanhada pela promotora do Ministério Público do Rio de Janeiro (MPRJ), Vanessa Katz, além de secretários municipais e vereadores.

Segundo Hammes, a Prefeitura não fará novas contratações de profissionais por RPA nas secretarias de Educação, Saúde e Assistência Social — principais áreas onde esse tipo de vínculo ainda é utilizado. O prefeito afirmou que a gestão está ajustando o cronograma de convocações.

"Me comprometo a não realizar nenhuma nova contratação por RPA nas secretarias de Educação e Assistência Social. Na Saúde, também não haverá novas admissões nessa modalidade, salvo situações emergenciais que precisem de substituição imediata, sempre com responsabilidade para não comprometer o atendimento à população".

## Situação nas secretarias

Na Educação, a secretária Ana Carolina Kapler informou que cerca de 480 professores estão hoje como RPA, mas que esse número começará a cair a



Mais de 1,3 mil profissionais atuam como RPA no município

partir de setembro, com a posse de 260 novos concursados. Informou que há um cronograma, que prevê novas convocações até março de 2026. A expectativa é de cerca de 60 convocados por data, em chamadas quinzenais, reduzindo gradualmente a dependência desse modelo de contratação.

## Assistência Social

Na Assistência Social, a secretária Adriana Kreischer reconheceu que 74% da força de trabalho da pasta é composta por RPAs, principalmente em programas como Criança Feliz e no atendimento de rua. Segundo ela, já existe estudo para realização de concurso público e até mesmo terceirização de alguns serviços temporários.

## Saúde

Na Saúde, o secretário Luís Cruzick apontou a existência de 994 profissionais contratados por RPA, número que representa 35% da força de trabalho da pasta. Ele defendeu que o concurso público seja retomado ainda em 2025, lembrando que o último certame foi em 2016, com vigência até 2021.

## Ministério Público cobra medidas

A promotora Vanessa Katz destacou que, apesar da manifestação positiva do prefeito, o município segue descumprindo decisão judicial que proíbe novas contratações por RPA desde junho deste ano. Ela lembrou que a prática já foi considerada ilegal pelo

Tribunal de Contas do Estado (TCE-RJ), por meio do acórdão 08250/2024.

Katz pediu que a Prefeitura apresente um plano de ação detalhado para encerrar todos os contratos nessa modalidade, além de uma proposta legislativa proibindo definitivamente o uso de RPAs no serviço público municipal.

## Contexto jurídico

A discussão sobre as contratações por RPA em Petrópolis remonta a 2019, quando o Ministério Público ajuizou ação civil pública apontando a prática como irregular. Desde então, decisões judiciais vêm determinando que a Prefeitura substitua os profissionais temporários por concursados.

## Ministério Público cobra medidas do Patrimônio cultural da cidade

Rodrigo Soldon

O Ministério Público Federal (MPF) tem atuado de forma articulada para assegurar a preservação do patrimônio histórico de Petrópolis. O órgão acompanha o processo de revisão do tombamento do Conjunto Urbano-Paisagístico da cidade — iniciativa do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) que busca ampliar e atualizar a proteção legal da área central, reforçando o valor cultural e paisagístico do local.

O processo de revisão, a cargo do Iphan, decorre de inquérito civil instaurado pelo MPF em 2018 e atualmente é acompanhado pelo órgão por meio de procedimento administrativo iniciado em 2023. Em reuniões realizadas em abril, junho e agosto de 2025 com representantes do Iphan e do município de Petrópolis, o MPF buscou promover a construção de soluções concretas para preservar o legado arquitetônico e urbano de Petrópolis. A proposta de revisão — tecnicamente chamada de rerratificação — é considerada um passo fundamental para fortalecer a proteção de um dos conjuntos históricos mais importantes do Brasil.

## Por que revisar o tombamento?

A proposta de revisão foi elaborada diante de estudos realizados pelo Iphan a partir de representação enviada ao MPF pelo então vereador Frederico Procópio, atualmente secretário de Governo e Planejamento de Petrópolis. Com



O processo de revisão, a cargo do Iphan, decorre de inquérito civil instaurado pelo MPF em 2018

base em estudos técnicos detalhados, o Iphan apontou a necessidade de ajustar a delimitação da área tombada e de seu entorno, já que os princípios urbanísticos originais — como os do Plano Koeller — não estão mais presentes em toda a área atualmente protegida, mas ainda são observáveis em regiões vizinhas que não integram o perímetro tombado.

A proposta também corrige falhas no reconhecimento da paisagem como elemento cultural. Com a nova abordagem, busca-se valorizar o conjunto urbano-paisagístico como um todo, reconhecendo o papel dos rios, das ruas, das encostas vegetadas e dos jardins no cenário histórico da cidade.

Entre as mudanças previstas estão:

- nova denominação do bem protegido de 'Acervo Paisagístico e Urbanístico da Avenida Koeller' para 'Conjunto Urbano Paisagístico de Petrópolis';

- ampliação do perímetro tombado na área central da cidade;
- revisão das poligonais das áreas centrais e de entorno;
- estabelecimento diretrizes específicas de preservação;
- atualização da proteção sobre elementos isolados e unidades fabris, como a antiga Fábrica de Cascatinha; e
- identificação de imóveis com grau máximo de preservação.

Na proposta apresentada, o Iphan informou que nenhum imóvel da atual área de tombamento será retirado da proteção, embora alguns trechos de rios e seus entornos sejam revisados na nova configuração.

Notificações e participação social — Um dos pontos centrais de atenção do MPF é garantir que os proprietários dos imóveis que passarão a integrar a nova área de tombamento sejam devidamente informados. O Iphan adota, por norma, a notificação por edital para tombamentos em conjun-

to — prática respaldada por decisões do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

O Iphan informou que a proposta de revisão já foi apresentada à Prefeitura de Petrópolis, à Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), ao Conselho de Tombamento Municipal e em reuniões públicas com a sociedade. A próxima reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, quando a proposta poderá ser votada, está prevista para setembro de 2025.

Reuniões presenciais e virtuais já estão agendadas para os próximos meses, envolvendo, além do MPF e do Iphan, órgãos como a Companhia Petropolitana de Trânsito e Transporte (CPTTrans), a Secretaria de Planejamento, a Secretaria de Serviços, Segurança e Ordem Pública, a Secretaria de Obras e a Companhia Municipal de Desenvolvimento de Petrópolis (Comdep). O objetivo é manter o diálogo permanente e garantir que a revisão do tombamento avance com participação, responsabilidade e respeito ao interesse público.

Ao acompanhar e fiscalizar o processo de revisão do tombamento, o MPF reafirma seu compromisso com a proteção do patrimônio nacional, equilibrando preservação, desenvolvimento urbano e qualidade de vida da população. "Estamos falando de um patrimônio que pertence à sociedade. Preservar a história de Petrópolis é preservar uma parte importante da história do Brasil", destacou a procuradora Vanessa Seguezzi.